

## **A QUESTÃO LOCACIONAL NA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE**

Sergio Fajardo



### **RESUMO:**

Esse artigo apresenta a relação campo-cidade como componente da discussão em torno da questão locacional. Pretende-se aqui expor algumas considerações sobre o tratamento dado pela Geografia aos espaços rurais e urbanos, ou seja, a relação cidade-campo vista a partir de seu caráter espacial. Se há uma particularidade locacional na Geografia como essa se realiza na distinção entre o rural e o urbano?

**PALAVRAS-CHAVE:** relação campo-cidade; questão locacional; ruralidade.

### **ABSTRACT:**

This article presents the relationship field-city component of the discussion around the locations questions. It is here set out some considerations about the treatment given the geography of rural and urban areas, ie the relationship between town and country views from its character space. If there is a locational peculiarity in Geography such distinction is made between the rural and urban?

**KEYWORDS:** relation city-field, location question; rurality.

## INTRODUÇÃO

Em se tratando da discussão conceitual em torno da relação campo-cidade, a mesma tem sido identificada, dentro do Pensamento Geográfico, a partir do viés espacial. Campo e cidade foram tradicionalmente associados aos espaços rurais e urbanos. Ainda que se considere a dinâmica desses espaços sob a ótica dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais presentes nos mesmos, o fator determinante na fixação dos recortes do campo e da cidade, bem como seus limites, em geral, foi (e ainda é) o fator locacional.

O objetivo desse texto é situar a visão geográfica da relação campo-cidade enquanto uma questão locacional. Para tanto cabe refletir sob as conceituações referentes ao significado da questão locacional para Geografia e também interpretar como as interações entre campo e cidade são encaradas a partir de uma visão meramente locacional.

Uma das defesas que faço aqui está no diálogo entre as especialidades (ou subáreas) da Geografia Urbana com a Geografia Agrária ou Rural. Poucos são os trabalhos atuais que abordam a relação campo-cidade pela ótica da ruralidade. A ausência da Geografia Agrária nessas discussões acerca do aspecto conceitual da relação campo-cidade, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, acabou consolidando uma visão dominante na Geografia pautada no discurso da Geografia Urbana. Nesse sentido a construção de um *continuum* rural-urbano no território seria inexorável e o rural perderia sentido e espaço nas interpretações de uma sociedade urbanizada.

A grande questão que se coloca na atualidade é relativa ao rural, a presença do campo e da ruralidade no território. Não pode a Geografia se abster dessa reflexão de grande relevância para a compreensão da relação campo-cidade. Mesmo que se adote uma postura cuja delimitação do rural e do urbano é realizada a partir da sua condição locacional, a permanência de

elementos rurais e urbanos se combinando no espaço instiga uma maior aproximação conceitual.

## **A QUESTÃO LOCACIONAL E A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE**

O termo locacional (ou suas variações) é muito utilizado na geografia. A localização é até mesmo considerada, por muitos, como sinônimo do que é geográfico. A indicação locacional remete ao estado espacial. Nesse sentido os espaços rurais e urbanos e a relação entre o campo e a cidade se realizam como fatores locacionais.

Na busca por localizar-se a si mesmo, fixar seus limites, conhecer lugares e fixá-los, distribuí-los, as sociedades humanas desenvolveram mapas, daí a importância da Cartografia como um dos sustentáculos da Geografia que no século XIX surge como ciência moderna. “Qualquer que seja o tipo de lugar devemos ter sempre presente sua posição no tempo, bem como sua localização no espaço.” (BROEK, 1981, p. 17).

Sob a perspectiva da localização, o pensamento geográfico ganha ênfase no “onde”, por meio de expressões como “posição”, “situação”, “local”, “distribuição” ou “disposição”. “Para sabermos onde está alguma coisa, é necessário definir sua relação espacial com pontos conhecidos, localizar é relacionar”. (BROEK, 1981, p.45).

Do ponto de vista locacional, campo e cidade sempre possuíram papéis distintos no espaço. Deriva dessa diferenciação espacial a aceitação pelos geógrafos que o espaço, em seu hibridismo seja ou rural ou urbano. Uma visão, que aparentemente simplificadora da realidade, tende a gerar inúmeros debates entre geógrafos urbanos e agrários. Entretanto, a Geografia Agrária parece ter deixado de lado a discussão o que fez prevalecer a ótica da Geografia Urbana (SPOSITO, 2006) quando se trata de relação cidade-campo. Como a sociedade urbanizou-se, difundindo uma série de hábitos e consumo urbanos, mesmo no campo, a ideia é que o campo assimilou a cidade.

A relação campo-cidade carrega consigo a distinção espacial. Haveria no espaço geográfico atual uma separação entre os espaços urbanos e rurais ou um continuum urbano-rural? As novas funcionalidades do campo podem demonstrar que as condições atuais desses espaços não são as mesmas de tempos atrás, mas especificidades ainda persistem.

Interpretar a localização de um objeto exige que se estabeleçam relações, pois não há isolamento completo entre áreas, regiões, cidades, lugares. E a localização é vista em função dessa própria relação entre os pontos.

A questão locacional tem seus valores estratégico, econômico ou político. Historicamente essa valorização evoluiu juntamente com a evolução do pensamento geográfico. “... era necessário que a Terra fosse conhecida para que fosse pensado de forma unitária seu estudo. O conhecimento da dimensão e da forma real dos continentes era a base para a ideia de conjunto terrestre, concepção basilar para a reflexão geográfica.” (MORAES, 1992, p. 34).

Num mundo tradicional, pouco urbanizado e muito dependente do campo, sequer se discute algum tipo de relação ou distinção entre campo e cidade. A questão locacional é essencialmente espacial, regional e paisagística. Sociedade e Natureza são o único contraste a ser observado.

### **LOCALIZAÇÃO ABSOLUTA E LOCALIZAÇÃO RELATIVA**

Quando localizamos um ponto ou lugar na superfície terrestre por um sistema de coordenadas convencional, estamos delimitando a localização absoluta do mesmo. Essa noção absoluta que surge com os gregos não leva em conta as relações temporais. E é este tipo de localização absoluta que a Geografia utilizou desde os gregos até a década de 1950 (FERREIRA; SIMÕES, 1982, p. 17).

Como a Geografia Tradicional deixava a desejar em teorias elaboradas, a chamada Nova Geografia com o intuito de suprir as necessidades

contemporâneas capitalistas, estimulou após a 2ª Guerra Mundial a produção de teorias relacionadas com as características da distribuição e arranjos espaciais dos fenômenos (CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 17).

Surge então a noção de “localização relativa” que seria a posição ocupada por um lugar em relação a outros lugares, sendo expressam em tempo, percurso, custo dos transportes, comunicações e outras formas. Assim a localização relativa não é fixa, mas altera-se no tempo.

As inovações técnicas tornam relevante esse espaço relativo, intensificando ou aproximando os contato e relações entre lugares. Dessa forma processos ocorridos no campo, como a modernização da agricultura, e na cidade como a industrialização ou mesmo a própria urbanização obedecem à lógica dessa dinâmica que é também reticular.

### **A QUESTÃO LOCACIONAL EM EVIDÊNCIA NA GEOGRAFIA PRAGMÁTICA E NO QUESTIONAMENTO DA GEOGRAFIA CRÍTICA**

Dentro do pensamento pragmático da Nova Geografia os modelos buscados de outros ramos científicos (como a Economia) são usados como hipóteses lógicas e fonte das explicações nas quais pesava o fator localização.

A questão locacional, entendida de maneira ampla, abrangeu todo o pensamento geográfico nesse período após 1950. São retomados e afirmados estudos locacionais anteriores (a maioria elaborados fora da geografia). “Os fatos mais importantes por onde emergiu a teoria da localização são os fatos econômicos e a teoria baseia-se em obras dos economistas sobre localização de áreas agrícolas, ou sobre a localização de indústrias.” (FERREIRA; SIMÕES, 1986, p. 113). Nota-se aí que o aspecto locacional vai além da distinção entre cidade e campo, sendo a espacialização um processo generalizador, universal.

Os críticos alegavam que a Nova Geografia e o seu neopositivismo cientificista se colocava a serviço da ideologia capitalista. Seu fraco

embasamento teórico deixava a geografia neutra como ciência crítica que deveria ser. Seu limitado instrumento estatístico era ineficaz ao estudo sócio-econômico e às explicações históricas dos fenômenos. Alguns ainda contestam a própria eficiência matemática, como afirma Silva (1988, p. 107): “Os primeiros trabalhos com os quais tive contato pareciam-me simples exercícios técnicos que de matemática tinham pouco e de geografia menos ainda”. Esse mesmo autor contesta a utilização da expressão “Revolução Quantitativa”, pois a estatística não termina com as descrições deficientes tradicionais.

A influência do pensamento marxista na Geografia (final dos anos de 1960) significou uma ruptura com os vínculos positivistas da ciência geográfica. O espaço geográfico é visto como a própria sociedade (especializada), fruto da reprodução do modo capitalista de produção. A Geografia Crítica na sua versão Radical (ou marxista) assume a característica de uma ciência militante voltada a denunciar e combater as contradições, injustiças e desigualdades sociais. Surge uma ciência com caráter social e até mesmo revolucionário.

Mesmo sob esse direcionamento, a Geografia continua sendo analisada em seu caráter locacional (LACOSTE, 1987), seja como portadora de uma dimensão espacial intrínseca, seja como ciência estratégica e basilar que reúne os mais diversos conhecimentos sobre a superfície terrestre.

Assim, a questão locacional permanece reconhecida como uma característica geográfica. Essa particularidade sobrevive externamente à ciência e ao meio acadêmico, mesmo que internamente algumas correntes mais críticas tentem superá-la. Caberia questionar se a relação campo-cidade ou rural-urbano é parte constituinte dessa perspectiva locacional que perpassa a história da Geografia.

## **A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E O SIGNIFICADO ATUAL DA RURALIDADE NO BRASIL**

Há tempos que a produção da Geografia Agrária (ou Rural) pouco tem discutido as questões teórico-conceituais da relação campo-cidade (MARAFON et al, 2007). Dentro do pensamento geográfico, o ponto de vista da Geografia Urbana parece ter obtido realces de visão dominante (ARAÚJO; SOARES, 2009). Teóricos das ciências humanas em geral apontam para uma “urbanização do campo” como imperativo, mas pouco se tem discutido do papel do rural na atualidade. A perspectiva da ruralidade na relação campo-cidade permite um olhar peculiar. Ao refletirmos sobre a relação entre os espaços rurais e urbanos na atualidade vem à tona a maior ou menor presença do rural e das ruralidades no território. Em geral o conjunto de serviços urbanos é tomado como parâmetro, mas a permanência de ruralidades, mesmo em espaços urbanizados, fique esquecida.

A ausência da Geografia Agrária ou Rural no âmbito das discussões conceituais em torno da relação campo-cidade teria um condicionante ideológico? Não é simples responder, mas se pensarmos que predominou na Geografia Agrária a partir dos anos 1980 (MARAFON et al, 2007), uma postura de cunho social e político pautada na crítica ao latifúndio, às transformações capitalistas no campo, o papel dos movimentos sociais na luta pela terra (OLIVEIRA, 1986), enfim, chegamos a constatação de que pouco se relacionou, dentro da Geografia Agrária, esses processos com a existência ou não de uma ruralidade e sequer se nota quantidade considerável de trabalhos que abordam a relação campo-cidade em si (FERREIRA, 2000).

Não seria bobagem afirmar que, talvez até mesmo a opção de alguns cursos de Geografia no Brasil pela denominação “Geografia Agrária” ou “Geografia Rural” tenha um fundo ideológico. Poderíamos exemplificar a discussão feita por Andrade (1995) que defende uma Geografia Rural em detrimento da Agrária, justamente pela maior abrangência do termo que possui uma espacialidade intrínseca. Por outro lado, ao afirmar uma

Geografia Rural deixaríamos de lado todo aparato crítico de uma postura vinculada à questão agrária como principal problema do campo?

Alentejano (2000), por exemplo, critica a visão de Graziano da Silva (1996) sobre a existência de um novo rural. Estaríamos, caso aceitemos a terminologia rural da disciplina/especialidade da Geografia, concordando com a predominância de um “novo rural” onde processos sociais são de certo modo minimizados pelas transformações do espaço rural, não mais setorizado como local da atividade agropecuária, mas suporte da pluriatividade e da multifuncionalidade? Não se pode fazer uma afirmação categórica que sim, pois há de se respeitar a diversidade de análises/visões/interpretações. No entanto desconsiderar de todo essa hipótese seria ingenuidade.

Alentejano (2003) é uma das raras exceções entre os geógrafos (agrários) que incorporaram a discussão conceitual da relação campo-cidade. Entretanto, pouco se discute a ruralidade dentro da Geografia.

A ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial (ABRAMOVAY, 2000). No Brasil, segundo Abramovay (2000) há um “vício de raciocínio” na conceituação do rural, que associa o mesmo ao atraso, ausência de serviços e cidadania.

O rural na definição do IBGE feita por exclusão “natureza residual” (SARACENO, 1996; ABRAMOVAY, 2000 e 2003). Áreas rurais entendidas como aquelas externas aos limites das cidades e estabelecidas pelas prefeituras municipais. Espaço rural: remanescentes ainda não atingidos pelas cidades e sua emancipação social (só o urbano se “enche” enquanto o rural se “esvazia”). Isso seria urbanização do campo? Essa visão é tida como distorcida.

O Continuum rural-urbano possui duas vertentes de acordo com Wanderley (2001):

**1-“Urbano-centrada” (Rambaud, 1973):** privilegia o pólo urbano do continuum como a fonte do progresso e dos valores dominantes que se



impõem ao conjunto da sociedade. O extremo rural do continuum, visto como o pólo atrasado, tenderia a reduzir-se sob a influência avassaladora do pólo urbano.

Levada às últimas conseqüências, esta vertente das teorias da urbanização do campo e do continuum rural-urbano apontam para um processo de homogeneização espacial e social, que se traduziria por uma crescente perda de nitidez das fronteiras entre os dois espaços sociais e, sobretudo, o fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana. (WANDERLEY, 2001, p. 32-33).

**2- Integradora (relação):** considera o continuum rural-urbano como uma relação que aproxima e integra dois pólos extremos.

Nesta segunda perspectiva, a hipótese central é de que, mesmo ressaltando-se as semelhanças entre os dois extremos e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois pólos e, por conseguinte, não representam o fim do rural; o continuum se desenha entre um pólo urbano e um pólo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações. (WANDERLEY, 2001, p. 33).

Discute-se a permanência do rural. Apesar de existir uma certa homogeneidade dos modos de vida e a “paridade social” entre os espaços rurais e urbanos, os mesmos possuem diferenças significativas “que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade.” (WANDERLEY, 2001, p. 33).

Mas haveria uma relação rural-urbana ou uma coexistência entre rural e urbano? Para Alencar (2004) o que sempre existiu foi essa coexistência. Assim como a ideia de progresso no passado foi encarada como dominação/superação da Natureza, esse raciocínio foi transferido da relação Sociedade/Natureza para a relação Cidade/Campo onde a ideia de superação do rural passa a ser objeto da modernização. Seria uma visão ultrapassada?

Atualmente o desenvolvimento humano e qualidade de vida, em muitos municípios brasileiros, maior em populações rurais. Progresso

manifestasse mais fortemente, em muitos casos, no campo que nas periferias urbanas (VEIGA, 2004). Tecnologia e articulação com o global maior no campo, em muitos casos (por exemplo: agricultura científica globalizada – SANTOS, 2001). O acesso a estrutura de serviços é determinada pela condição sócio-econômica e não espacial (urbana ou rural). Da mesma forma que o campo produz a imensa maioria dos alimentos que a cidade consome, a cidade fornece serviços que o campo consome.

Veiga (2002, p. 95) afirma que as relações campo-cidade mudaram radicalmente a partir de meados do século XX, mas essas mudanças não teriam alterado o contraste, o que ocorre é uma valorização, sobretudo no chamado Primeiro Mundo, do espaço rural por ele se opor ao artificialismo das cidades (paisagens silvestres ou cultivadas, água limpa, ar puro e silêncio).

Vale uma observação: categorias espaço e paisagem rural bastante estudado na Europa (ex. Portugal – COVAS, 2007).

A relação de consumo não desqualifica nem um espaço nem outro, pois é funcional. Os pequenos municípios podem ser entendidos como parte integrante do mundo rural (VEIGA, 2002; WANDERLEI, 2001).

### **O ASPECTO LOCACIONAL DA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE**

As terminologias, “urbano” e “rural”, possuem um caráter espacial por definição e/ou aceitação conceitual quase unânime. Entretanto, a partir da ótica da ruralidade, enquanto territorialidade (SCHNEIDER; BLUME, 2004; VILA VERDE, 2004) podemos questionar como numa sociedade urbanizada ou em processo de urbanização a espacialidade do rural se comporta. A superação locacional, do conjunto de processos econômicos, sociais, culturais, políticos, etc., não representaria uma superação da própria relação campo-cidade? Eis uma reflexão que colocaria em cheque a própria relação campo-cidade como “relação”.

Para Wanderlei (2001) o papel do espaço local é fundamental para compreensão da relação entre o urbano e o rural tendo em vista constituir lugar de convergência entre os espaços. Porém, essa convergência é extremamente funcional. O fator determinante da maior presença de elementos identificados com o rural ou com o urbano acaba sendo em grande parte sócio-econômico. Por outro lado, a combinação desses elementos tanto no espaço rural como no espaço urbano descaracteriza qualquer distinção locacional.

Schneider e Blume (2004,,p. 112) afirmam que: “[...] no Brasil, estudar a ruralidade significa dar relevo à dinâmica dos modos de vida das coletividades locais.” Não seria então prudente considerar a questão locacional a partir da diferença espacial de escalas (global e local, por exemplo) ao invés da simples utilização de uma diferenciação entre campo e cidade?

Outro ponto importante, quando se adota o enfoque da relação campo-cidade a partir do rural, está em colocar a dimensão da ruralidade do território ao nível cultural apenas. Vejamos então como poderia ser definida a cultura:

A cultura é um conjunto de manifestações produzidas a partir de diferentes segmentos sociais, sendo, portanto, manifestações de classe (ou de segmento). A cultura é desse modo o coletivo diverso. Esse coletivo, a sociedade, no seu cotidiano, desenvolve um “jeito de viver”. A vida cotidiana transcorre em um determinado espaço-tempo. Esse espaço de manifestações significantes para a população torna-se um território que abriga um patrimônio cultural (VILLA VERDE, 2004, p. 13).

A partir da definição de Villa Verde definir uma “cultura do rural” não é tarefa fácil em razão das múltiplas identificações nesse mesmo espaço. Seria como tentar definir uma cultura do território. E se o cotidiano do rural é plural e envolve vários “jeitos de viver”, muitas vezes influenciados pelos hábitos de consumo urbanos, já tão difundidos, não é possível, a meu ver, considerar o aspecto cultural isoladamente.

Vale dizer que as particularidades entre campo e cidade ainda persistem, mas fica cada vez mais difícil forjar uma separação arbitrária, como àquelas feitas por imposições administrativas e de planejamento em que o rural e o urbano são vistos como espaços distintos. Como então se pensar em um território único se este território encontra-se fracionado em rural e urbano ou em campo e cidade?

Ao aceitarmos um território concebido a partir de um conjunto de fatores, processos e elementos diversificados, a atualidade do rural e da ruralidade seria um dos principais problemas a serem investigados. Nesse sentido, mesmo os aspectos naturais podem ser resgatados quando a territorialidade da ruralidade nos remete à um modo de vida que, ainda que considerado primitivo, persiste e ressurgue com novas feições. O território ou o espaço é assim identificado com o rural e as populações que vivem em contato direto ou indireto com ele, ou seja, localizados nesse espaço ou nessa interação que vai além do ponto fixo, mas é dinâmico.

As populações voltam suas atividades à essa realidade rural, seja no campo ou na cidade. Historicamente o vínculo com o rural permanece. E a atualidade das atividades rurais resiste ao tempo e ao espaço. Como afirma Saquet (2007, p. 84): “O lugar é sua vida, Limpam plantar, capinar e colher são atividades estáveis no tempo e no espaço”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nas últimas décadas a geografia ampliou seu aparato metodológico e teórico que reflete a procura de sua eficiência científica. Recentemente, algumas linhas destacam a territorialidade nas leituras espaciais (HAESBAERT, 2004).

O enfoque locacional possibilita o estudo mais preciso das atividades humanas na superfície terrestre porque adota e reproduz a noção de sistema espacial ou organização espacial que compreende: “[...] a estrutura dos elementos e os processos que respondam pelo funcionamento de qualquer

espaço organizado.” (CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 81). A geografia assume pelo enfoque locacional um novo objeto de estudo, não mais material ou físico, mas conceitual: a organização do espaço. Essa organização inclui processos produtivos, que são tanto urbanos como rurais. A sociedade urbano-industrial não eliminou o campo, mas lhe atribuiu novos papéis.

Mesmo sob a égide de diversos paradigmas esse objeto não sofreu alterações em termos de sua denominação que fixada, foi transmitida à *Geografia Crítica*, esta enfatizando os processos sociais entendidos como contraditórios e injustos da organização do espaço capitalista. O aprofundamento das relações capitalistas no espaço rural engendrou transformações que não são explicadas a partir de uma simples urbanização do campo.

A questão locacional, enquanto fator espacial, não se realizaria numa sociedade em que o processo é conjunto, articulado, ou ainda prevalece na relação campo-cidade, nas funcionalidades atribuídas às especialidades produtivas, à divisão do trabalho ou mesmo na relação entre global e local? Essas questões são pertinentes quando se quer confrontar a espacialidade rural e urbana, econômica e social, humana ou ambiental.

Dentro do debate epistemológico sobre as categorias geográficas, a adjetivação do espaço ou paisagem como sendo urbana ou rural, perde o sentido se a distinção é questionada, por prevalecer, por exemplo, uma sociedade urbanizada. Mas se as particularidades e funções do campo ou espaço rural persistem é coerente reconhecer que essa distinção vai muito além do caráter espacial.

Várias correntes e abordagens da Geografia brasileira convivem e interagem (CARLOS, 2002). A Geografia Crítica (de vertente marxista) e outras correntes demonstra a valorização do social como preocupação presente e constante nas discussões dos rumos dessa ciência e não pode ser prevista totalmente, mas necessita ser debatida. Quando o social torna-se o aspecto mais forte nas discussões espaciais, campo e cidade se articulam como reflexo das disparidades da própria evolução capitalista. Nesse momento, tanto a Geografia Agrária (ou Rural) como a Geografia Urbana

adotam discursos semelhantes. A defesa contra as injustiças sociais, desigualdades sociais e regionais, por uma geografia militante passa a ser o pano de fundo.

No entanto, enquanto o pensamento agrário se mobiliza definitivamente para o aspecto social, político e econômico do campo, deixa de lado a discussão conceitual do papel do rural e do urbano, do ponto de vista espacial. Coube aos geógrafos urbanos aprofundar a questão (WHITACKER; SPOSITO, 2006), o que não deixa de ser uma perda para a Geografia Agrária.

Recentemente alguns trabalhos na Geografia evidenciam a relação campo-cidade por meio de um diálogo entre as especialidades urbana e rural. Esse é o caso de Candiotto e Corrêa (2008). Mas esse tipo de iniciativa parece encontrar resistência, o que faz prevalecer o discurso único.

Um caso emblemático ocorreu entre Ana Fani A. Carlos e José Eli da Veiga. Carlos (2004) publicou uma resenha na qual efetuou pesadas críticas ao livro de Veiga (2002), intitulado "*Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*". Um dos principais pontos da mesma é que a obra do autor não teria profundidade necessária diante de uma questão tão complexa. Mas em 2005, Veiga tem sua resposta por meio da publicação de Favareto (2005), que ressalta que o sentido do conjunto de textos reunidos na obra do autor era justamente provocar uma reflexão a partir dos critérios que se adota no Brasil ao se delimitar o que é urbano e o que é rural. O autor foi muito feliz a levar a crítica à própria Geografia, que essa sim seria mais urbana do que se calcula. O texto de Veiga não tinha objetivo de fazer uma análise profunda, mas expor as versões dominantes de rural e de urbano.

[...] não é recomendável, como faz a resenhista, uma leitura frugal, "no café da manhã". Ao contrário, o principal mérito de *Cidades imaginárias* é introduzir, em linguagem acessível mas não ingênua ou inconsistente, problemas de ordem política e científica há tempos naturalizados por pessoas e instituições. Entre eles, o problema da definição do que é urbano e do que é rural, um dos pontos fortes da obra e alvo dos principais questionamentos da resenhista. (FAVARETO, 2005, p.190).

Não teríamos também, na Geografia, uma versão dominante no que diz respeito à relação campo-cidade (ou cidade-campo, terminologia predominante), propagada pelo discurso dos urbanistas?

O caráter locacional da Geografia está implícito também na afirmação da espacialidade do rural e do urbano. A perspectiva locacional do rural é fortemente enraizada conceitualmente na relação campo-cidade. Por vezes as análises tendem a serem setoriais, abarcando as atividades agropecuárias como elementos delineadores do espaço rural. Entretanto, num território em que o rural e o urbano combinam-se, em relações que vão além do seu caráter meramente espacial, como entender o fator locacional desses dois espaços “adjetivados”, rural e urbano?

Outra dimensão atribuída ao rural é a ambiental (VILLA VERDE, 2004, p. 10). Caberia questionar se o condicionante ambiental por si só carrega algum significado locacional. Obviamente que o ambiente tem um caráter universal que vai muito além de distinções espacialmente restritas, mas o rural enquanto “local” assume, do ponto de vista locacional, uma posição no território.

A definição atual do rural no Brasil não responde essas demandas conceituais. Mas se aqui há ainda muito, o que se refletir sobre o papel do rural na relação campo cidade e sua inserção como fator “locacional”, na Europa há muito o rural e a ruralidade encontram terrenos férteis de aprofundamento teórico-conceitual e de práticas espaciais no território. Abramovay (2000) cita um documento da antiga Comunidade Econômica Europeia (Documento 7957/88), onde, por exemplo, as “regiões rurais” que englobam pequenas cidades e centros regionais. Poderíamos então cogitar no Brasil uma classificação que considere outros critérios de definição dos espaços rurais e urbanos, como reforça Veiga (2002)?

Se do ponto de vista administrativo não se pode alcançar tal mudança em um curto período de tempo, na esfera acadêmica a discussão dessas outras visões da relação cidade-campo e os novos olhares para a questão

locacional presentes ou ausentes na mesma representam algo positivo para o avanço da Geografia como ciência.

Texto recebido em junho de 2009.  
Aprovado para publicação em junho de 2009.

### **SOBRE O AUTOR:**

Sergio Fajardo é Professor Doutor do Departamento de Geografia – UNICENTRO.

### **REFERÊNCIAS:**

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão** - IPEA, Brasília, n. 702, 2000.

\_\_\_\_\_. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALENCAR, Cristina Maria Macedo de. Coexistência rural-urbana: uma civilidade em região metropolitana. In: **II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, 28 setembro a 01 de outubro, 2004.

ALENTEJANO, Paulo R. “As relações cidade-campo no Brasil do século XXI”. **Terra Livre**, São Paulo, v.2, n.21, p. 25-39, jul/dez. 2003.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. “Reflexões sobre as tendências teórico-metodológicas da geografia”. **Publicação Especial**- UFMG, Belo Horizonte, n. 2, 1985, p. 44-56.

BROEK, Jan O. **Iniciação ao estudo da Geografia**. 4. ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

CANDIOTTO, L.Z.P. & CORRÊA, W.K. “Ruralidades, urbanidades e a tecnização do rural no contexto do debate cidade-campo”. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.



CARLOS, Ana F. A. “Seria o Brasil menos urbano do que se calcula?” Resenha de: VEIGA, José E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editores Associados, 2002. São Paulo: Geosp, n. 13, 2003.

CLAVAL, Paul. **A nova geografia**. Coimbra: Almedina, 1982.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. As características da nova geografia. In: CLAVAL, P. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 71-101.

COVAS, Antonio. **A ruralidade pós-moderna: da escala à diversificação**. Artigo de opinião. SIER – Serviço de Informação Eletrônica para o Mundo Rural. 15 out. 2007. Disponível em: < <http://www.sier.org/sier2/pdf/posrural.pdf> >. Acesso em: 10 abr. 2009.

FAVARETO, Arilson. “Seria a geografia mais urbana do que se calcula?” **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 18, p. 189 - 194, 2005.

FERREIRA, C. C.; SIMÕES, N. N. **A evolução do pensamento geográfico**. Lisboa: Gradiva, 1992.

FERREIRA, Darlene A. O. O mundo rural sob o ponto de vista geográfico. **Geografia**, Rio Claro, v. 25, n. 1, p. 55-79, abril de 2000.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialidade: do “fim dos territórios” à “multiterritorialidade”**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEAL, João. Usos da ruralidade: apresentação. **Etnográfica**, v.11, n. , p. 57-62 maio de 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/etn/v11n1/v11n1a04.pdf> >. Acesso em: 10 abril. 2009.

MARAFON, Glaucio J.; RUA, João; RIBEIRO, Miguel A. (orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

MORO, Dalton A. “A organização do espaço como objeto da Geografia”. **Boletim de Geografia**, Maringá, ano 10, n. 1, 1992.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2001.

SCHNEIDER, S. & BLUME, R. “Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia”. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.109-135, jul./dez. 2004.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções do território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARACENO, E. O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia. Programa de seminários Inea sobre desenvolvimento nas áreas rurais — métodos de análise e políticas de intervenção. Roma, out. 1996/99.

SILVA, Armando Correia da. **O espaço fora do lugar**, 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SPOSITO, Maria E. B. “A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade”. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M (org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M (org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 11-31.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Rio de Janeiro, Autores associados, 2002.

VILLA VERDE, Valéria. **Territórios, ruralidade e desenvolvimento**. Curitiba: Ipardes (Primeira Versão), 2004, 37 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>